FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO TOCANTINS – FIETO

Assessoria de Defesa da Indústria – FIETO.

RELATÓRIO MENSAL

DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO-EXECUTIVO

Outubro de 2026

Consolidação mensal das proposições e atos monitorados

Produto P4.27 do Catálogo UNIDEF/FIETO 2026

Elaboração: Consultoria Jurídica – Assuntos Legislativos (CAL/FIETO)

Palmas/TO, outubro de 2026

IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO

Identificação	Relatório mensal de acompanhamento legislativo-executivo – outubro/2026
Iniciativa Estratégica	Iniciativa 4 – Acompanhamento Legislativo e Modernização de Licenças
Processo	Assuntos Legislativos – Plano de Metas 2026
Código no Catálogo	P4.27 – Catálogo de Produtos UNIDEF/FIETO 2026
Indicador atendido	Indicador 4 – Número de ações – Modernização de Licenças (Iniciativa 4)
Período de referência	Mês de outubro de 2026 (observações até 22 de outubro, data de corte do Relatório)
Data de elaboração	Outubro de 2026
Responsável	Carlos Antônio de Souza – Assessor de Defesa da Indústria
Relator técnico-jurídico	Gustavo Bottós de Paula – OAB/TO 4121-B
Metodologia	Classificação por impacto industrial segundo a metodologia UNIDEF: convergência (interesse industrial direto); divergência (contrariedade ao interesse industrial); neutralidade (acompanhamento sem posição definida)
Produtos antecedentes do ciclo	P4.10 (abril), P4.13 (maio), P4.16 (relatório semestral de junho), P4.21 (agosto), P4.24 (setembro)
Destinatários	Diretoria FIETO; UNIJUR (Unidade Jurídica); CAL (Conselho de Assuntos Legislativos); sindicatos patronais filiados; IEL/TO; SENAI/TO

EMENTA

RELATÓRIO MENSAL DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO-EXECUTIVO DE OUTUBRO DE 2026. INICIATIVA 4 DO PLANO UNIDEF/FIETO. CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES FEDERAIS E ESTADUAIS MONITORADAS E DOS ATOS DO EXECUTIVO COM IMPACTO INDUSTRIAL. CLASSIFICAÇÃO POR CONVERGÊNCIA, DIVERGÊNCIA OU NEUTRALIDADE SEGUNDO A METODOLOGIA UNIDEF. PANORAMA DO MÊS: INÍCIO DA TRAMITAÇÃO DA PEC 221/2019 NO SENADO FEDERAL; CONTINUIDADE DA REGULAMENTAÇÃO INFRALEGAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA; EXECUÇÃO INICIAL DO DECRETO Nº 13.096/2026 (REGULAMENTAÇÃO DO MARCO LEGAL DO HIDROGÊNIO DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO); E CALIBRAGEM DO CICLO ORÇAMENTÁRIO ESTADUAL 2027 COM O ENCAMINHAMENTO IMINENTE DA LOA 2027 À ALETO. ENTREGAS DA UNIDEF NO MÊS: PRODUTOS P2.19, P2.20, P2.21, P3.4, P4.25, P4.26 E P4.27 (ESTE DOCUMENTO).

PANORAMA GERAL DO MÊS

O mês de outubro de 2026 foi marcado, no plano federal, pela abertura do ciclo de tramitação da PEC 221/2019 no Senado Federal após sua aprovação pela Câmara dos Deputados em maio, com instalação de Comissão Especial e definição de calendário de audiências públicas; pela continuidade da produção de atos infralegais do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e da Receita Federal em desdobramento ao Regulamento da CBS (Decreto nº 12.955/2026) e ao Regulamento do IBS (Resolução CGIBS nº 6/2026); e pelos primeiros atos de execução do Decreto nº 13.096/2026, publicado em agosto, que regulamentou o Marco Legal do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Lei nº 14.948/2024) e o PHBC (Lei nº 14.990/2024), com habilitação de projetos no âmbito do REHIDRO.

No plano estadual, a janela decisiva do ciclo orçamentário 2027 se abriu: a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2027 segue em tramitação na Assembleia Legislativa do Tocantins (ALETO), e a Lei Orçamentária Anual deverá ser protocolada pelo Executivo Estadual até 15 de novembro, conforme calendário análogo ao do exercício anterior (LDO 2026 sancionada em dezembro/2025 pela Lei nº 4.904/2025). A FIETO, por meio da UNIDEF e do CAL, publicou no mês o Artigo de Opinião P2.21/2026 (LDO/LOA estaduais 2027: prioridades industriais para a alocação orçamentária), com três pleitos específicos para o ciclo. No plano setorial, a Iniciativa 4 do Plano UNIDEF entregou sua etapa consolidada mais relevante do exercício, a 19 versão para consulta interna do Estudo Estratégico de Modernização de Licenças Industriais (Produto P4.25), aberta a contribuições dos sindicatos filiados até 20 de novembro.

PROPOSIÇÕES FEDERAIS ACOMPANHADAS

A tabela a seguir sintetiza as proposições federais de maior interesse industrial em tramitação ao longo do mês de outubro de 2026, com classificação segundo a metodologia UNIDEF.

Proposição	Objeto	Status em outubro/2026	Classificação
PEC 221/2019 (fim da escala 6x1 e redução a 40h)	Redução do teto semanal da jornada; impacto estrutural sobre a estrutura de custos industriais	Em tramitação no Senado; instalação de Comissão Especial e audiências públicas em outubro	Divergência (com modulação)
PL 3558/2025 (margem de preferência obrigatória)	Torna obrigatória a margem de preferência; admite até 20% para manufaturados e 30% para bens de inovação	Aguarda inclusão em pauta de comissão subsequente na Câmara	Convergência
PL 2338/2023 (Marco Legal da IA)	Diretrizes para desenvolvimento, uso e governança da IA; relatoria do Sen. Eduardo Gomes (PL/TO) no Senado	Em análise avançada na Comissão Especial da Câmara (relatoria Dep. Aguinaldo Ribeiro)	Convergência (com ressalvas)
PL 2373/2025 (Lei Geral de Concessões)	Unifica o regime jurídico das concessões, PPPs e concessões patrocinadas	Integrante da Pauta Mínima da CNI; em tramitação na Câmara	Convergência
MP sobre alíquotas do Imposto Seletivo (minerais e demais)	Fixa as alíquotas efetivas do Imposto Seletivo para 2027	Expectativa de edição pelo Executivo; aguarda-se o encaminhamento ao Congresso para apreciação	Acompanhamento prioritário
PDL 41/2026 (Acordo Mercosul -União Europeia)	Ratificação do Acordo Comercial Mercosul-UE pelo Congresso Nacional	Em tramitação; interesse industrial direto para a cadeia agroindustrial e manufatureira tocantinense	Convergência

PROPOSIÇÕES ESTADUAIS ACOMPANHADAS (ALETO)

A atuação da UNIDEF no âmbito da Assembleia Legislativa do Tocantins em outubro concentrou-se na pauta do ciclo orçamentário 2027. A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2027 segue em tramitação na Comissão de Finanças, Tributação e Fiscalização, com previsão de deliberação no Plenário ainda em outubro ou novembro. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2027) deverá ser encaminhado pelo Poder Executivo até 15 de novembro, encerrando o ciclo com previsão de sanção até dezembro, análogo ao exercício precedente (Lei nº 4.904/2025, LDO 2026, sancionada em 03/12/2025).

Simultaneamente, a UNIDEF monitorou a tramitação de proposições estaduais com impacto industrial pontuado, com destaque para projetos de ajustes de legislação tributária estadual em antecipação à transição da Reforma Tributária do consumo (adequação ao IBS a partir de 2027), e para matérias relacionadas ao desdobramento regulamentar da Lei estadual nº 1.799/2007 (Distritos Industriais), com redação alterada pela MP estadual nº 6/2026 e pelo Decreto estadual nº 7.088/2026.

ATOS DO EXECUTIVO ACOMPANHADOS

PLANO FEDERAL

No plano federal, prosseguiu em outubro a produção infralegal subsequente ao Regulamento da CBS (Decreto nº 12.955/2026) e ao Regulamento do IBS (Resolução CGIBS nº 6/2026), ambos publicados em 30 de abril, com atos conjuntos RFB/CGIBS complementares aplicáveis a segmentos específicos (serviços financeiros, cooperativas, bens imóveis, bares e restaurantes). A UNIDEF monitorou especificamente os atos aplicáveis aos três segmentos de maior peso na base associativa da FIETO (alimentos, construção civil e mineração), objeto da Nota Técnica P2.19/2026 (NT nº 12/2026, outubro).[1]

Prosseguiu também a execução inicial do Decreto nº 13.096, de 12 de agosto de 2026, publicado no DOU em 13/08/2026, que regulamentou a Lei nº 14.948/2024 (Marco Legal do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono) e a Lei nº 14.990/2024 (PHBC).[2] Em outubro, foram registradas as primeiras adesões ao REHIDRO e as primeiras deliberações do Comitê Gestor do Programa Nacional do Hidrogênio (Coges-PNH2), com reflexos sobre o calendário de habilitação de projetos com contratações elegíveis até 31 de dezembro de 2026 no primeiro ciclo do regime.